

# Grupo de Trabalho (GT) sobre a Regulamentação da Reforma Tributária - PLP 68 de 2024

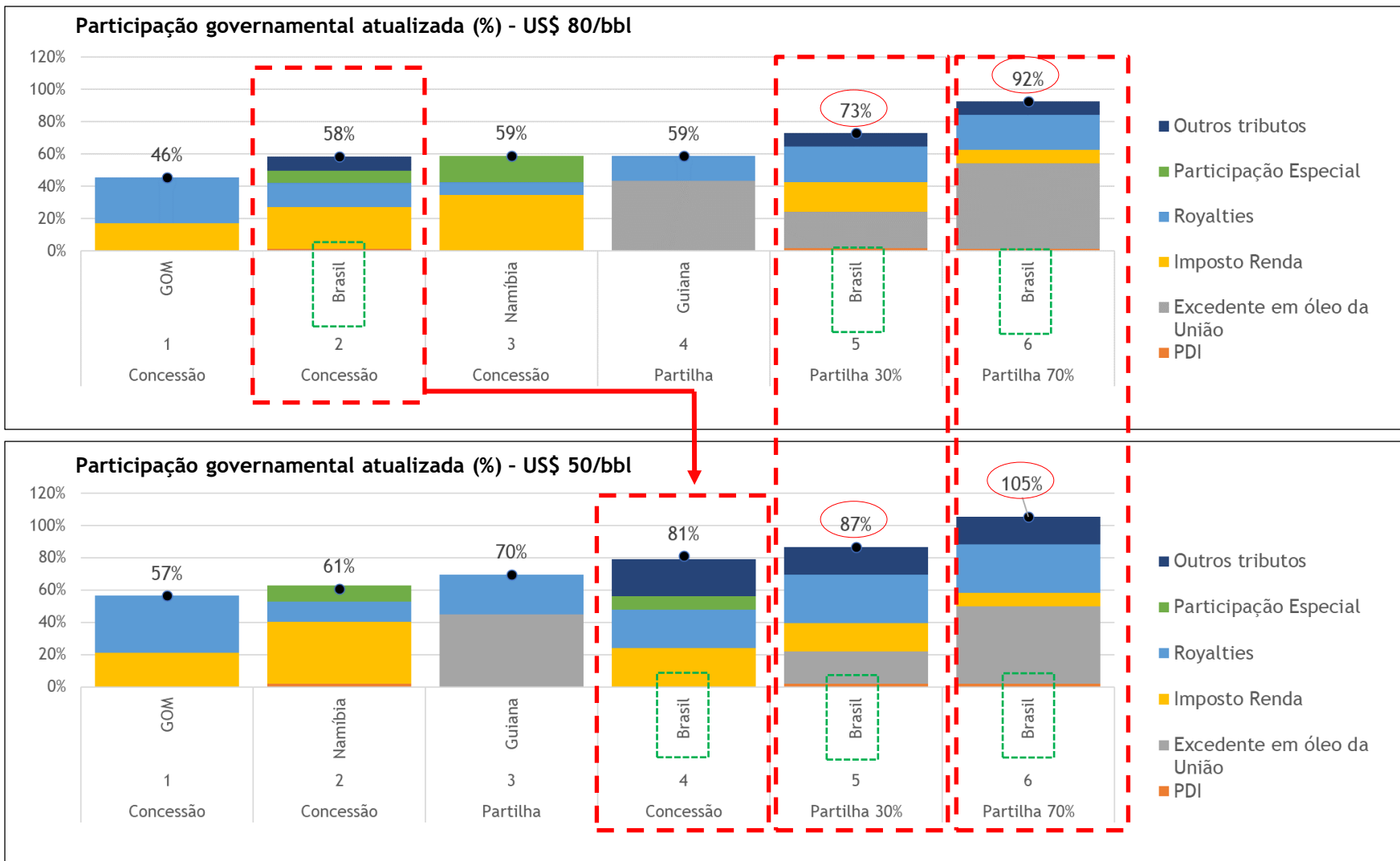
## Audiência Pública sobre o Imposto Seletivo

*24 de Junho de 2024*



# Os regimes fiscais brasileiros são os mais complexos

Os gráficos apresentam o *ranking* da participação governamental (do projeto selecionado) no regime fiscal de cada país.



- Os regimes fiscais brasileiros são **menos resilientes** em um cenário de Brent conservador.
- O regime brasileiro de partilha **se mostra menos competitivo** nos cenários de preços demonstrados nos gráficos.
- Com o valor do Brent mais conservador, o **regime de concessão brasileira perde posições no ranking**.

# Contexto de mercado internacional

## Namibia's Oil And Gas Sector Sparks Global Investment Rush

By [Felicity Bradstock](#) - Aug 23, 2023, 4:00 PM CDT

- ▶ Major oil companies like TotalEnergies, Shell, and Chevron are investing heavily in Namibia following promising discoveries in the Graff-1, Venus-1, and Jonker-1X projects.
- ▶ The Government of Namibia is keen on local ownership in the sector, suggesting state ownership in mining and petroleum production.
- ▶ There's potential for Namibia not only to produce but also refine and export oil and gas, positioning itself as a significant player in the regional energy market.

Energy | Environment | Exploration & Production | Gas | Climate Change

## Shell greenlights 15th US Gulf of Mexico oil platform

By [Sabrina Valle](#)

December 19, 2023 9:11 PM GMT-3 · Updated 2 months ago



HOUSTON, Dec 19 (Reuters) - Shell PLC ([SHEL.L](#)) and Equinor ASA ([EQNR.OL](#)) on Tuesday greenlit a 90,000 barrels per day (bpd) oil and gas platform in the U.S. Gulf of Mexico and said it will aggressively invest in exploration to continue production through 2050.

Called Sparta, it is the first Gulf of Mexico project launched under Shell Chief Executive Wael Sawan, who earlier this year pulled back on the company's [energy transition](#) plans to boost profits from oil. Production is set to start in 2028.

Energy | Exploration & Production

## Namibia sees first oil from offshore discoveries by 2030

Reuters

October 11, 2023 6:40 AM GMT-3 · Updated 4 months ago



CAPE TOWN, Oct 11 (Reuters) - Namibia expects the first oil from major offshore finds by 2030 and is considering a Floating Production Storage and Offloading (FPSO) platform to help it export the crude oil, its petroleum commissioner said on Wednesday.

Namibia, which has yet to produce any oil and gas, has attracted strong interest from international energy companies after Shell ([SHEL.L](#)) and TotalEnergies ([TTE.PA](#)) made discoveries off the coast of the southern African country.

Home > Mundo

## País que mais cresce no mundo, Guiana deve avançar 38% em 2023

Região deve manter avanço forte nos próximos anos, conforme aumentar o número de campos, estima o FMI



Modo escuro

Um país vizinho ao Brasil se tornou o que mais cresce no mundo: a Guiana deve ver sua economia aumentar 38% neste ano, projeta o FMI. A alta é puxada pelo forte aumento da exploração de petróleo na região equatorial, também perto da Amazônia.

Energy | Exploration & Production | Gas

## Exxon Mobil approves \$12.7 billion oil project in Guyana

By [Sabrina Valle](#)

April 27, 2023 8:11 PM GMT-3 · Updated 10 months ago



HOUSTON, April 27 (Reuters) - Exxon Mobil Corp ([XOM.N](#)) and its partners have approved a \$12.7 billion investment for their fifth and most expensive offshore oil project in Guyana, the U.S. firm said in a statement.

The project called Uaru will produce up to 250,000 barrels of oil and gas per day and cost 27% more than the prior of equivalent size, reflecting rising costs. The decision coincides with Exxon considering whether to expand its holdings in Guyana through an auction of oil blocks set for July.

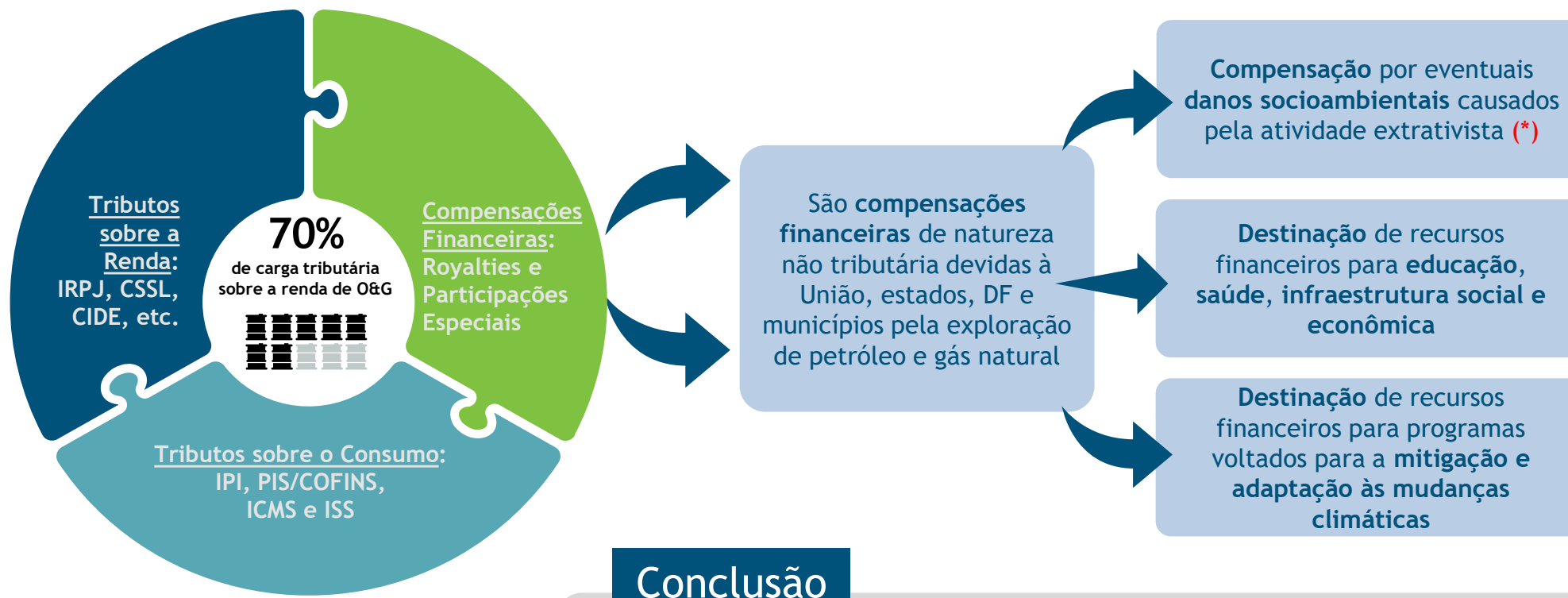
# Sistema Fiscal na Exploração e Produção de Petróleo e Gás no Brasil

## Racional:

Não oneração dos Investimentos e Regime Fiscal Exclusivo alinhado com a prática internacional



# Participações Governamentais e a Extrafiscalidade



## Conclusão

Portanto, é evidente que os Royalties e as Participações Especiais cumprem o papel de compensação pela potencial prejudicialidade da atividade de exploração e produção de petróleo e gás natural, fazendo com que o imposto seletivo gere uma bitributação do setor.

(\*) Decreto n. 1/91 - Regulamenta o pagamento das compensações financeiras criadas pela Lei n. 7.990/89

Art. 24. Os Estados e os Municípios deverão aplicar os recursos previstos neste Capítulo, exclusivamente em energia, pavimentação de rodovias, abastecimento e tratamento de água, irrigação, proteção ao meio ambiente e em saneamento básico.

# Imposto Seletivo na Extração de Petróleo e Gás Natural

*Aspectos a serem observados*



## “Exportação de Tributo”

A tributação sobre produtos exportados **PREJUDICARÁ** a **COMPETITIVIDADE** das empresas brasileiras no mercado internacional, interferindo na balança comercial.

## Cadeia Produtiva Onerada

O Imposto Seletivo é uma ferramenta tributária que visa **DESESTIMULAR** o **CONSUMO** de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, devendo portanto incidir na etapa de consumo, conscientizando e influenciando o comportamento de compra e **NÃO** na etapa de **EXTRAÇÃO** ou produção, **DESINCENTIVANDO** uma **ATIVIDADE** que gera investimentos e empregos para a economia Brasileira.

## Redutores de Alíquota

A implementação redutores de alíquota no Imposto Seletivo deve considerar uma estratégia de estímulo à saúde e ao meio ambiente. Não há no PL critérios de **PROPORCIONALIDADE** das **ALÍQUOTAS** para a **EXTRAÇÃO** (como ocorre com veículos): eficiência energética, reciclabilidade de materiais e pegada de carbono.

## Essencialidade do bem

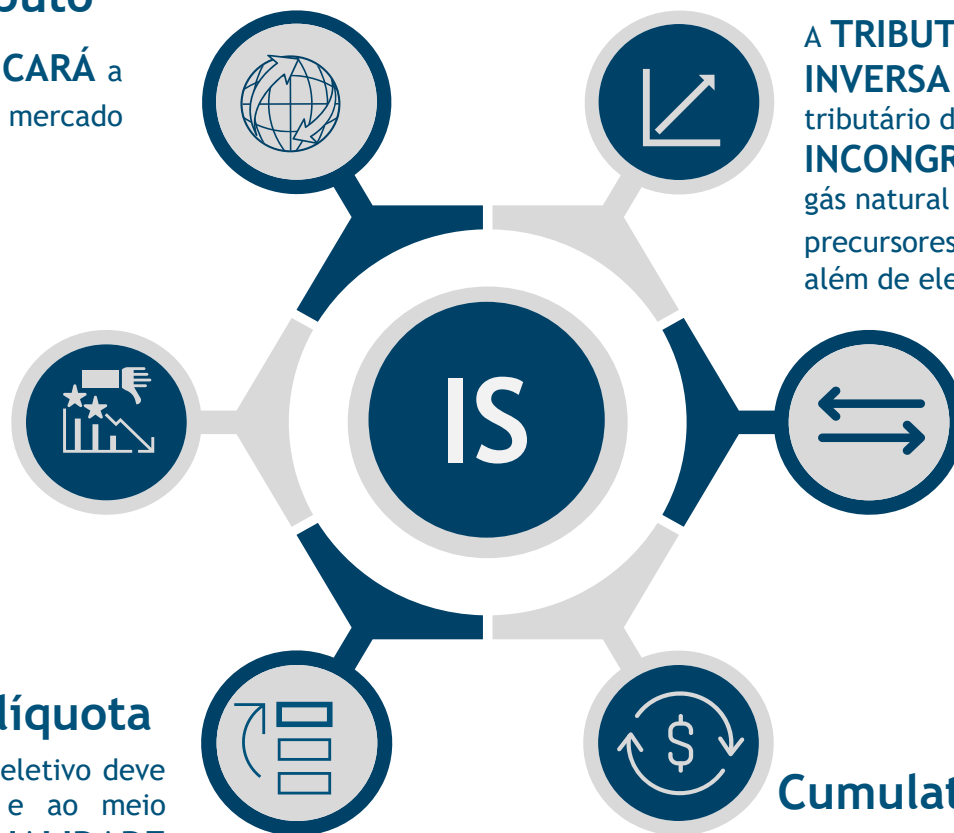
A **TRIBUTAÇÃO** deve ser realizada na **PROPORÇÃO INVERSA** à **ESSENCIALIDADE** do bem, sendo menor o ônus tributário de produtos essenciais. Trata-se de uma grande **INCONGRUÊNCIA** incluir bens essenciais como o petróleo e o gás natural na lista de produtos sujeitos ao IS. Ambos são precursores e financiadores da **MATRIZ ENERGÉTICA** do país, além de elementos fundamentais na transição energética.

## “Bitributação” IS

**ROYALTIES** e as Participações Especiais cumprem o papel de **COMPENSAÇÃO** pela potencial de exploração e produção de petróleo **PREJUDICIALIDADE DA ATIVIDADE** o e gás natural, fazendo com que o imposto seletivo gere uma “bitributação” no setor.

## Cumulatividade

A Tributação do IS gera incidência em cascata.



\* O Mecanismo de Ajuste de Carbono na Fronteira (CBAM) é uma iniciativa da União Europeia (UE) para combater as emissões de gases de efeito estufa associadas a produtos importados. Foi projetado para controlar as importações de produtos com grande emissão de carbono e evitar o chamado “vazamento de carbono”, quando empresas sediadas na UE transferem a produção intensiva em carbono para países com políticas climáticas menos rigorosas, prejudicando os objetivos climáticos da EU.

# Impactos do IS sobre o Setor

O Imposto Seletivo incidente na extração de bens minerais **desestimulará a produção de O&G, comprometerá investimentos no setor, onerará tanto a cadeia produtiva nacional como as exportações e acarretará aumento de custo** para diversos outros setores da economia brasileira



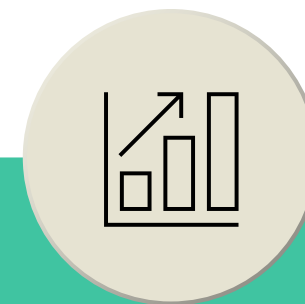
Prejuízo à  
competitividade e  
atratividade de Brasil



Exportação  
de Tributo



Desestímulo à  
produção de gás  
natural



Aumento dos custos  
nos setores da  
economia

# IS - Contradiz as Políticas Públicas



## Subeixo de Petróleo e Gás



Em 2023, o Novo PAC retomou o investimento estatal após anos de desinvestimento e cinco empreendimentos já foram concluídos. A produção de petróleo brasileiro aumentou em cerca de 400 mil barris/dia e a de gás natural cresceu 11 milhões de m<sup>3</sup>/dia. Com isso, foram gerados mais de R\$ 30 bilhões por ano em receitas de exportação, além dos tributos relacionados com a cadeia produtiva. Mais de 40 mil empregos diretos e indiretos foram gerados na cadeia de produção de petróleo e gás em 2023. Assim, o Novo PAC transforma nossas riquezas naturais em benefícios para os brasileiros, aumenta nossa independência energética, gera divisas e empregos no Brasil, garante o abastecimento de combustíveis e assegura recursos financeiros para a realização de uma transição energética justa e sustentável.

O Novo PAC transforma nossas riquezas naturais em benefícios para os brasileiros, **AUMENTA** nossa **INDEPENDÊNCIA ENERGÉTICA**, **GERA DIVISAS E EMPREGOS** no BRASIL, garante o abastecimento de combustíveis e assegura recursos financeiros para a realização de uma transição energética justa e sustentável.

**GAÁS**  
**PARA**  
**EMPREGAR**



# O IS face ao Impacto ambiental no O&G

BLOG DO DESENVOLVIMENTO

[Início](#) [Quem somos](#)



Petróleo e Gás

## Exploração na Margem Equatorial não terá consequências ambientais, afirma Haddad

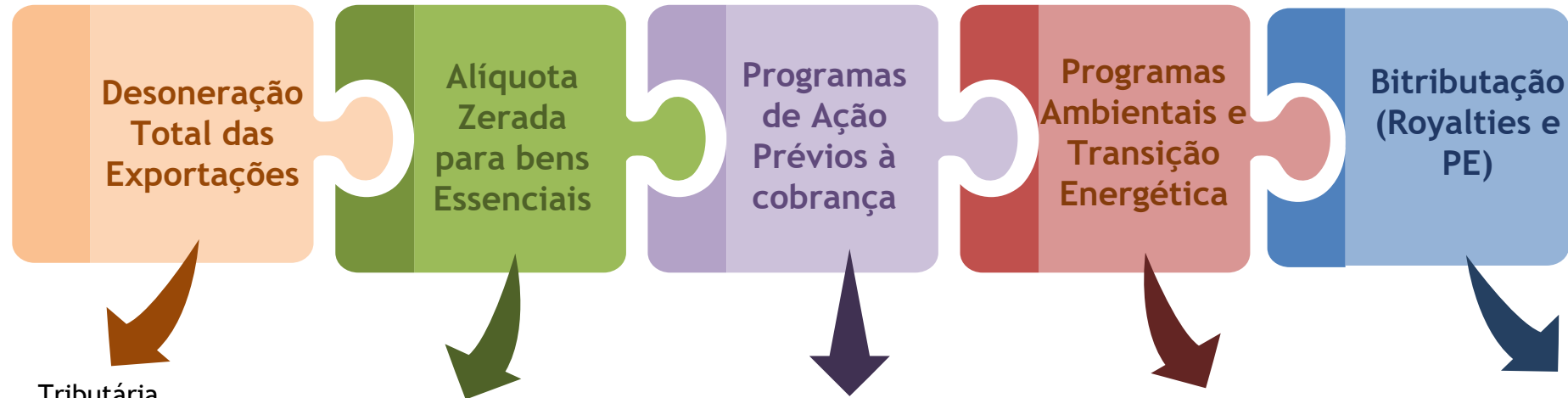
"Verdadeiro impacto ecológico do petróleo não reside na sua exploração, mas no seu uso", afirma ministro da Fazenda, Fernando Haddad

A exploração na Margem Equatorial “não terá consequências ambientais”, afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, jornal francês Le Monde, em entrevista publicada nesta quarta-feira (29/5).

“Não vejo nenhuma contradição. Em primeiro lugar, porque não acredito que a exploração de petróleo nessa região terá consequências ambientais. Depois, o verdadeiro impacto ecológico do petróleo, na minha opinião, não reside na sua exploração, mas no seu uso”, afirmou.

<https://blogdodesenvolvimento.com.br/2024/05/29/exploracao-na-margem-equatorial-nao-tera-consequencias-ambientais-afirma-haddad/>

# Possibilidades para o aprimoramento do PLP 68/24



A Reforma Tributária trouxe o comando de não onerar as exportações. O IS afronta diretamente essa diretriz ao incidir em commodity notoriamente exportada, i.e., óleo cru (Art. 153, § 6º, I da CF/88)

A incidência de IS sobre operações envolvendo O&G vai de encontro a todo o racional da reforma tributária e das melhores práticas internacionais, dada a essencialidade e relevância desses bens para a matriz energética nacional. Essa essencialidade pode ser verificada nos programas Novo PAC e Gás para Empregar

Necessidade de criação prévia de mecanismos que delimitem a cobrança do IS, afastando função meramente arrecadatória, seja pela necessidade de criação de metas e objetivos com evolução na mitigação dos impactos, seja por estudos prévios e programas de prevenção, mitigação e conscientização (Art. 37, § 16 da CF/88)

É coerente estabelecer critérios de geração de créditos para investimentos em programas ambientais e de energias renováveis conduzidos pelo contribuinte, além de limitar a sua incidência aos casos de tributação no destino

O Setor de O&G já possui instrumento arrecadatório para compensar potenciais danos socioeconômicos e ambientais - Royalties e PE (Art. 50-F da Lei 9.478/97)

# Reforma Tributária - EC 132/2023 - Transição x Novos Leilões

	2024	2026	2027	2029	2033
ICMS e ISS					ICMS e ISS extintos
IPI			Redução a zero sobre produtos não industrializados na ZFM		
PIS/Cofins			PIS e Cofins extintos		
IBS		Aliquota de 0,1% (teste)		Transição (ICMS e ISS)	IBS 100%
CBS		Aliquota 0,9% (teste)		CBS 100% implementado	
IS				IS poderá ser cobrado	

## Desafios para os Setores de E&P e GN na Reforma:

- Transição → Não pode afetar o curso dos projetos em curso e novos leilões
- Racionais/Sistemas do REPETRO e REIDE → necessidade de manutenção
- Atual já pesada carga tributária, incluso os royalties e PEs → sem espaço para crescimento
- Sistema monofásico para o GN → Falta de avaliação de impacto tributário na cadeia

# A Instabilidade Fiscal em E&P vai muito além da Reforma Tributária...



**Tributação sobre bens e serviços (EC 132/23), abrangendo (i) o Imposto Seletivo; e (iii) as Contribuições Estaduais**



**Projetos de Lei que visam: (i) eliminar Juros sobre o Capital Próprio; e (ii) tributar a distribuição de dividendos; etc.**



**Insegurança jurídica: (i) Preço de Referência da ANP; (ii) Preço de Transferência para exportação de commodities (óleo cru), (iii) Conteúdo Local e (iv) Licenciamento Ambiental.**



**Taxa de Fiscalização Ambiental - Aprovada e promulgada a 5ª tentativa de lei que instituiu a TFPG no Rio de Janeiro**



**Exemplos: Risco do imposto de exportação e de propostas de aumento da CSLL para empresas de O&G (“windfall profit taxes”)**

# Conclusões

- A instabilidade de regras (Imposto de Exportação, Mudanças na Definição de Campo, Imposto Seletivo, Fundo dos Estados, TFPG, etc.), e processos complexos para obtenção de licenças ambientais, **GERAM INSEGURANÇA JURÍDICA E ATRASO NOS PROJETOS**. Esses fatores estão contribuindo para que os investimentos sejam direcionados para outros países.
- **NOVAS RESERVAS SÃO FUNDAMENTAIS** para o país poder manter a sua segurança energética (**MARGEM EQUATORIAL**). É fundamental que o país entenda a **IMPORTÂNCIA DE UM REGIME FISCAL BRASILEIRO COMPETITIVO E ESTÁVEL**.
- O **IMPOSTO SELETIVO**, na forma como está proposto, vai seguramente contribuir para que **NOVOS PROJETOS E INVESTIMENTOS SEJAM DIRECIONADOS PARA NAMÍBIA, GUIANA E GOLFO DO MÉXICO** etc.
- O ciclo dos investimentos no **SETOR DE O&G** é longo e sofre um escrutínio maior, **EXIGINDO ESTABILIDADE JURÍDICA E REGULATÓRIA PARA VIABILIZAR LEILÕES**.



/ibpbr



@ibp\_br



@ibp\_br



/ibpbr



/ibpbr

[ibp.org.br](http://ibp.org.br) | [#EnergiaParaSuperar](https://twitter.com/ibp_br)